



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 26 DE JUNHO DE 2018

ATA N.º 04/2018

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Centro Comunitário Padre João Caetano Flores, na freguesia da Ribeira Chã, Concelho de Lagoa - Açores, sob a Presidência de José Manuel Dias Pereira, do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues e da Segunda Secretária Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Frederico Furtado de Sousa, Ruben Filipe Rebelo Cabral, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, Edite Souto de Freitas Preto, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Vítor Manuel Medeiros Sousa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, José Eduardo da Cunha Pacheco, André Carvalho Almeida, Carla Mota Martins Galvão, Francisco Ferreira de Magalhães, Paulo Ricardo Pereira de Melo, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Pedro Alexandre Gomes Marques, César Augusto Medeiros Pacheco, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros e Mónica Isabel Barranqueiro Domingues.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, Albertina Maria Costa Oliveira, Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Estiveram presentes a assistir à sessão, membros da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia da Ribeira Chã e o Senhor José Fernando Carneiro Sousa, morador na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos e deu as boas-vindas à Freguesia da Ribeira Chã, para a 3.ª sessão ordinária da

Assembleia Municipal. Agradeceu com reconhecimento, a forma como a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, acolheu esta sessão ordinária da Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da segunda sessão ordinária, de 26 de abril de 2018.

A ata foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na votação os membros Frederico Furtado de Sousa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares e Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino porque não estiveram presentes naquela sessão, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 27 de abril a 26 de junho de 2018, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta.

Pelos membros Frederico Furtado de Sousa e Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 26 de abril de 2018 e pelos membros César Augusto Medeiros Pacheco e Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 26 de junho de 2018.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

RUA 25 DE ABRIL, NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e questionou em que situação se encontra a obra de asfaltamento da Rua 25 de Abril, na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, saudou todos os presentes e em particular a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, que acolheu esta sessão ordinária da Assembleia Municipal. Informou que foi aberto um procedimento concursal com consulta a um Gabinete de Arquitetura, a fim de projetar todo o reordenamento da Rua 25 de Abril, incluindo questões relacionadas com passeios, fachada da Sociedade Filarmónica Lira do Rosário, iluminação da Praça e possível manutenção ou deslocação do GAM - Gabinete de Atendimento ao Município da Câmara Municipal, que existe naquela Praça. São todos os aspetos

que têm conversado e que não são do consenso generalizado. Também foram estudados outros aspetos para uma intervenção de forma integrada, que têm a ver com o crescimento da Cidade de Lagoa e daquilo que se espera em termos de evolução do centro mais comercial da Cidade. Assim que receber a proposta do Gabinete de Arquitetura, será dado conhecimento da mesma à Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e, se for entendimento, também à comunidade.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário perguntou se há previsão de uma data para a apresentação do projeto, porque as pessoas perguntam e, assim, ficaria munido de informação para prestar os esclarecimentos à população da Freguesia.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que a temática também é sensível como já tiveram a oportunidade de discutir na última sessão da Assembleia Municipal, decorrida na Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário. Foi pedida celeridade na apresentação do projeto e espera recebê-lo no final do verão. O projeto está a ser desenvolvido pelo Gabinete de Arquitetura do Arq. Luís Francisco Gomes de Menezes.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO MUNICIPAL JOSÉ PACHECO:

No uso da palavra, o Deputado Municipal José Pacheco agradeceu a aceitação da sua sugestão, da realização desta sessão da Assembleia Municipal na freguesia da Ribeira Chã, onde vive, e deu as boas-vindas a todos.

Questionou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal sobre o ponto de situação da proposta apresentada pelos Deputados Municipais eleitos pela lista do PSD à Assembleia Municipal, em anterior sessão, que se baseava na possibilidade de se passar a gravar e a transmitir em direto, através da internet, as sessões da Assembleia Municipal.

Felicitou a Senhora Presidente da Câmara Municipal pela realização das Festas do Divino Espírito Santo - Império de São Pedro, na Vila de Água de Pau. Destacou que a Câmara Municipal tem feito um esforço, que reconhece, em relação à reciclagem, mas reparou que havia demasiado plástico: tijelas, colheres, copos e sacos. Sugeriu que no futuro essa situação fosse revista, porque já existem alternativas aos produtos de plástico.

Questionou se a Senhora Presidente da Câmara Municipal já tem o parecer do LREC, relativo à Rua de São José e à Rua Padre João Caetano Flores, na freguesia da Ribeira Chã e em que ponto se encontra o saneamento da Freguesia.

Questionou, ainda, se haverá um futuro loteamento que possa atrair casais para a Freguesia, porque já se verifica a saída de casais jovens para outras Freguesias e a população residente está a envelhecer. Referiu, novamente, para a Câmara Municipal pedir uma nova avaliação ao LREC sobre o projeto de loteamento, no qual foi identificado um veio de água, ou um estudo noutros terrenos, para que possam dinamizar aquela Freguesia, começando pela habitação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que em relação às transmissões é uma situação que neste momento não estão a prever, nem está em plano. Nada é estanque e entende que se houver mecanismos que permitam estudar o assunto, o mesmo será desenvolvido.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, referiu que colocou esta questão ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que não tem ainda uma palavra final para informar sobre o assunto.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, disse que respondeu à questão por inerência ao trabalho que está a ser desenvolvido pelos dois Órgãos do Município.

Em relação à situação de haver muito plástico, nas Festas do Divino Espírito Santo - Império de São Pedro, referiu que pessoalmente desconhece a alternativa ao plástico, a não ser a loiça, mas essa situação coloca vários problemas, nomeadamente, de higiene e segurança alimentar e no âmbito do HACCP.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, referiu que a alternativa ao plástico são os pratos de soja e de papel. O material de plástico fica contaminado com o resíduo dos alimentos e não é reciclável.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, Eng. do Ambiente e com competência delegada nesta área.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e referiu que o produto biodegradável é uma possível alternativa ao plástico. São processos distintos, pois o resíduo biodegradável com o atual sistema existente, ainda vai para aterro, sendo que os custos também não são os mesmos, tratando-se de uma nova tecnologia que está a surgir no mercado e ainda limitada no seu efeito de escala de mercado.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que desconhecia estes novos produtos e será uma situação a ter em atenção no futuro.

Relativamente ao parecer do LREC respondeu que não recebeu mais nenhum parecer e sobre o saneamento, passou, novamente, a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, informou que já têm os materiais no Parque Municipal de Obras da Câmara Municipal e estão a aguardar a autorização da Direção Regional do Ambiente. Assim que esta chegar e logo que haja disponibilidade por parte dos operacionais da Câmara Municipal, irão avançar.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que é desejo de qualquer freguesia não perder habitantes e fixá-los. Não vê o assunto com essa temática tão forte quanto o Deputado Municipal José Pacheco, pois há menos de um ano houve lotes à venda que não foram todos vendidos. As pessoas da Ribeira Chã foram as primeiras a terem conhecimento e a

serem contatadas e existe, ainda, mais um lote que pertence ao Governo Regional que está à venda, na rua dos Arrifes, que ninguém apresentou proposta. Esta questão que levantou é importante, igualmente para a Freguesia da Ribeira Chã e para todas as Freguesias, no entanto, não tem, em sua opinião, a urgência e a carência que o Deputado Municipal José Pacheco transmitiu nas suas palavras. Não vê o assunto com esse peso, pois relativamente a esta temática, a Câmara Municipal há tão pouco tempo teve um processo a decorrer, com os resultados já mencionados.

O Deputado Municipal José Pacheco, no uso da palavra, expôs que, talvez, esteja relacionado com o preço. Em sua opinião, o preço tem de ser apelativo para os casais jovens, 15.000,00€ e 14.000,00€, não são preços apelativos nos dias que correm. Têm de repensar os preços, porque os casais jovens não chegam aqueles valores. Há 5 ou 10 anos atrás era mais fácil pedir um empréstimo ao banco do que atualmente. Apelou para a Câmara Municipal ter o cuidado que tem noutras Freguesias, fazendo referência à Freguesia do Cabouco, onde sabe de um apartamento/casa que foi vendido por um preço simbólico, a um preço muito mais baixo.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, salientou que discorda e não tem a mesma posição do Deputado Municipal José Pacheco. Tiveram todos a oportunidade de apresentar o seu projeto político para a Freguesia da Ribeira Chã e cada um teve os resultados que a população entendeu dar. Pensa, que nessa matéria, a habitação não foi descurada na Freguesia da Ribeira Chã. A população sabe e tem sido acompanhada quer pela Junta de Freguesia, quer pela Câmara Municipal. Foi feito o esforço, pela Câmara Municipal, para adquirir uma propriedade para fazer lotes, com preços entre os 15.000,00€ e 10.000,00€, e ao contrário do que disse, a preços muito baixos. Não existe na Freguesia do Cabouco nenhum terreno que a Câmara Municipal tenha adquirido para fazer lotes, nem muito menos tem conhecimento que tenham sido vendidos por particulares com valores abaixo destes. Questionou, como podem considerar que o preço de 15.000,00€ é caro para um lote de terreno, tendo em conta a vista magnífica que toda a Freguesia da Ribeira Chã tem. Visões de “mendiguice” e de “pobrezinho” para ir viver para a Ribeira Chã, nunca foi a mensagem que foi passada. Quem não tiver 15.000,00€ para comprar um lote de terreno, também não tem capacidade financeira para construir uma casa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concluiu afirmando que, nesta altura, os argumentos apresentados quer pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quer pelo Deputado Municipal José Pacheco, fazem parte da discussão final deste assunto.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS:

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, referiu que tem notado que os habitantes da Lagoa estão a fazer menos reciclagem. Sugeriu que, por parte da Câmara Municipal, devia existir uma maior fiscalização

para quem não cumpre com o regulamento sobre a recolha de resíduos sólidos, bem como por parte da empresa que faz a recolha.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que registou a preocupação apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário e terão em atenção esta situação. Passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, com competência delegada nesta área.

O Senhor Vereador Nelson Santos, no uso da palavra, informou que se trata de uma situação abrangente e que partilha da opinião que tem havido uma diminuição da recolha seletiva. No início do próximo mês haverá uma campanha de rua de incentivo à reciclagem. A equipa vai sair à rua, antes de ser feita a recolha, e irão confirmar se os resíduos estão bem separados para aquele dia específico da recolha, deixando uma mensagem de agradecimento àquele munícipe que fez bem ou de alerta a chamar a atenção de como proceder.

As metas para Portugal, na área da reciclagem, foram fixadas em diretiva europeia e apontam para valores de 50% de reciclagem em 2020. Quer a nível de Concelho, quer a nível de Ilha estão longe destas metas, pelo que continuarão com campanhas de sensibilização à reciclagem. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

DESCENTRALIZAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

Sobre a descentralização da realização das sessões da Assembleia Municipal, por todas as Freguesias do Concelho e de forma rotativa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expôs que ninguém tem dúvida que essas sessões se realizam. Há, no entanto, a observação que esta hora, em termos práticos de ligação às freguesias, fica um pouco pobre pela ligação que se quer e uma vez que o ambiente da Assembleia Municipal é a casa da democracia. Assim sendo, há dois aspetos relevantes, por um lado, é importante que houvesse alguma mobilização e houvesse participação das pessoas. Contudo, há a sugestão, que já foi abordada em reunião da Câmara Municipal, para que as sessões sejam convocadas para um horário mais cedo e, duas horas antes, podia-se fazer uma visita à Freguesia que acolhe a sessão, de modo a que todos pudessem tomar conhecimento das necessidades ou projetos para aquela Freguesia. Expôs que foi uma alternativa muito boa e com a qual concorda plenamente, todavia apela ao compromisso e à participação de todos. Alegou que os dois grupos partidários têm de sensibilizar todos os membros para esta participação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que este assunto foi abordado em reunião camarária por proposta apresentada pelo Senhor Vereador Roberto Oliveira, com a qual concordaram e da sua parte está sempre disponível.

De acordo com a legislação, a Assembleia Municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais: em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro, sendo que a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril, e a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na sessão de novembro. Se todos os membros tiverem em consideração que naqueles meses vão ter uma sessão da Assembleia Municipal, e houver o compromisso de comparência, concorda que estas sessões sejam marcadas mais cedo e que o Presidente da Junta de Freguesia acompanhe eventuais visitas a realizar na Freguesia.

Acrescentou que tem conhecimento de que as sessões só foram marcadas para as 20h30, tendo em consideração a atividade profissional dos seus membros.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou a palavra, sendo esta passada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e expôs que, como já foi aqui dito, este assunto foi abordado em reunião da Câmara Municipal. Em sua opinião, o modelo mais adequado para deslocar a realização das sessões para as Freguesias do Concelho seria nos meses de junho e setembro, pela estação do ano e pelos dias de maior luz do dia. O Presidente da Junta de Freguesia elaborava um roteiro dos locais a visitar, com a duração de duas horas, e às 20h30 dar-se-ia início à sessão da Assembleia Municipal.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e referiu que concorda com a sugestão apresentada pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado. Realizar-se-á as sessões da Assembleia Municipal nos meses de verão, nas Freguesias do Concelho e de forma rotativa, e as restantes serão realizadas nos Paços do Concelho.

O Deputado Municipal Ruben Cabral, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e questionou se não seria possível realizar as sessões da Assembleia Municipal ao sábado, ficando, assim, ultrapassada a questão do horário laboral.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, Adriano Costa, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e referiu que há uma questão a perceber. Se é uma questão de participação de todos os Deputados Municipais e integrarem-se na situação das Freguesias ou se é a participação da população nas sessões da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que uma situação não é incompatível com a outra.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, Adriano Costa, no uso da palavra, referiu se querem que haja maior participação da população, tem de ser feita uma maior divulgação das sessões da Assembleia Municipal, na Freguesia onde se realizam.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que faz todo o sentido que haja público da própria Freguesia a assistir e a participar.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira solicitou a palavra, sendo esta passada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e referiu que este assunto já foi discutido várias vezes em anteriores mandatos. Enquanto Presidente da Assembleia Municipal, no mandato anterior, marcou encontros e visitas, durante a tarde ou ao sábado e não foi fácil conciliar, devido à atividade profissional dos respetivos membros. Nem todos os membros tinham disponibilidade para participar nos eventos programados, nem mesmo antes das sessões, mas depois compareciam às sessões. Em sua opinião, a visita deve de constar na agenda de trabalhos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou a palavra, sendo esta passada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, disse que marcar as presenças no início da visita é evasivo e, no seu entender, policia demasiado os membros deste Órgão. Deve ser dado o benefício da dúvida às pessoas, porque estão todos de boa-fé e, naturalmente, uns têm mais disponibilidade do que outros. Acrescentou que as pessoas que pertencem, atualmente, a este Órgão não são, na sua totalidade, as mesmas de anteriores mandatos.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que deve ser feita uma experiência nesse sentido e posteriormente far-se-á a respetiva avaliação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

INTERVENÇÃO DA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA RIBEIRA CHÃ:

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã, Victória Couto, no uso da palavra, deu as boas tardes a todos e, em primeiro lugar, agradeceu terem aceitado a realização desta sessão na Freguesia da Ribeira Chã. Mencionou, ainda, que foi com muito gosto que, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia, recebeu este Órgão Deliberativo do Município nesta Freguesia. Agradeceu à Senhora Presidente da Câmara Municipal a obra de requalificação do Polivalente realizada há pouco tempo. Havia vários problemas com o posto de luz, com as bancadas e querem que aquele espaço seja apelativo para a prática desportiva. Realizaram-se as comemorações da Freguesia, que foram um sucesso, e manifestou uma preocupação que tem sido solicitado por vários moradores, a questão do estacionamento. Na altura falou com o Senhor Vice-Presidente, que também se apercebeu da dificuldade de estacionamento existente no local. Agradeceu a atenção que a Câmara possa dispensar na resolução deste assunto.

Por fim, convidou todos os presentes a participar, no final desta sessão, num pequeno beberete com bolo de banana, chá de poejo e licores tradicionais.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu e passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que registou o pedido apresentado. A solução para o problema do estacionamento passará pela aquisição do terreno em frente, pois não vê outra alternativa.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DE 2017:

Pela Câmara Municipal foi presente o Relatório de Gestão Consolidado e os anexos às demonstrações financeiras consolidadas, bem como a Certificação Legal das Contas Consolidadas apresentada pela Sociedade Marques da Cunha, Arlindo Duarte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e da Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho.

As contas consolidadas são compostas pelas contas do Município de Lagoa e 33,33% das contas da EIRSU, correspondente à participação do Município de Lagoa, no capital da EIRSU, Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel, EIM. Esta Empresa Intermunicipal foi criada para a recolha de resíduos dos Municípios de Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo.

A Assembleia Municipal apreciou os documentos apresentados de prestação de contas consolidadas de 2017, conforme disposto no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

PONTO N.º 3 – CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS, DO PRÉDIO URBANO SITO NA AVENIDA INFANTE D. HENRIQUE N.º 27, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta que abaixo se transcreve, acompanhada da minuta do contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais, do prédio urbano sito na Avenida Infante D. Henrique n.º 27, Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa – Açores:

“Considerando que o apoio ao funcionamento das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, designadamente, nas vertentes logística, financeira e administrativa é assegurada pelo Município, conforme decorre da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, na sua atual redação;

Considerando as atuais limitações das instalações atualmente utilizadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, nomeadamente, a inexistência de gabinetes de trabalho, inexistência de sala de audição da criança e a parca garantia de privacidade de quem recorre à CPCJ de Lagoa, visto partilhar a mesma entrada de serviço e receção com outra Instituição;

Considerando que o atual contrato de arrendamento do espaço é renovável anualmente, salvo se for denunciado por uma das partes e que o proprietário informou esta Câmara Municipal da intenção de venda do imóvel.

Face ao exposto, propõe-se a celebração de um contrato de arrendamento urbano para fins não habitacionais, de duração limitada, entre o Município de Lagoa e a MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia S.A., proprietária do prédio urbano sito na Avenida Infante D. Henrique, n.º 27, Concelho de Lagoa – Açores, conforme minuta anexa.”

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Gilberto Borges, no uso da palavra, referiu que naquele espaço onde está a CPCJ estão mais duas Instituições que vão ter o mesmo problema. Questionou se a Câmara Municipal tem alguma solução para aquelas Instituições.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal foi contactada pelos Serviços da Caixa Geral de Depósitos que informaram que a fração arrendada ao Município de Lagoa, correspondente ao 1.º andar do prédio sito na Av. Infante D. Henrique, na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, está à venda. O contrato de arrendamento foi celebrado pelo prazo de um ano, renovável por iguais períodos e termina a 31 de dezembro, com um cenário de não poder ser renovado, no final deste ano. Naquela fração estão instalados a CPCJ de Lagoa, o Centro Social e Cultural da Atalhada e o Orfeão de Nossa Senhora do Rosário. Houve necessidade de encontrar outros espaços para instalação daqueles serviços. A CPCJ de Lagoa, dada a sua especificidade, carece de um espaço no centro da Cidade de Lagoa e que se situe próximo da Esquadra da PSP - Polícia de Segurança Pública.

Mais informou que para a instalação de uma Instituição tentaram um entendimento com a Sociedade Filarmónica Lira do Rosário, mas não foi possível. Continuam a tentar arranjar um espaço para instalação daquelas Instituições e tem esse assunto em atenção.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido contrato de arrendamento, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.

PONTO N.º 4 – APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAGOA – 2017:

Conforme acordado na última sessão da Assembleia Municipal, o assunto foi novamente presente nesta sessão, na qual o Senhor Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa, Eng. Nelson Santos, fez a apresentação do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa – 2017.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, agradeceu a apresentação efetuada pelo Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa e referiu que foi a segunda apresentação efetuada do Relatório Anual de Atividades daquela Comissão, tendo a outra apresentação ocorrida no mandado anterior. Destacou que continua a ser a única Comissão, com representantes desta Assembleia Municipal, que apresenta o seu relatório e expõe o trabalho que têm feito. Mais uma vez, referiu que seria de salutar para todos os membros desta Assembleia Municipal terem conhecimento das atividades das outras Comissões, com representantes deste Órgão Deliberativo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a apresentação efetuada pelo Senhor Vereador Nelson Santos, na qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa e todas as informações prestadas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa – 2017.

PONTO N.º 5 – OUTROS ASSUNTOS:

Conforme disponibilizado a todos os membros, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a introdução do seguinte assunto:

– Designação de representantes da Assembleia Municipal - Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos vinte e um membros presentes, concordar com a introdução do referido assunto.

DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - CONSELHO CONSULTIVO DA UNIDADE DE SAÚDE DA ILHA DE SÃO MIGUEL:

Pela Unidade de Saúde da Ilha de S. Miguel foi presente o ofício n.º USISM-SAI/2018/1982, de 15 de junho de 2018, no qual solicitam a designação de dois representantes da Assembleia Municipal, para integrar o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel.

Refere a alínea a) do artigo 15.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 26/2011/A, de 9 de dezembro, que aprova a orgânica da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel, que o Conselho Consultivo terá na sua composição, dois representantes de cada uma das Assembleias Municipais da ilha, por elas designados.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que necessitam de designar dois representantes da Assembleia Municipal, para integrar aquele Conselho, propôs por parte do Grupo do PS a membro Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, dado o seu perfil profissional, e solicitou indicação do outro membro ao Grupo do PSD.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou a palavra, sendo esta passada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, agradeceu o gesto do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e indicou o membro Vítor Manuel Medeiros Sousa, para integrar o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel.

Aproveitou a oportunidade para congratular a excelente exposição apresentada pelo Senhor Vereador Nelson Santos, na qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa. Com alguma clareza explicou o funcionamento daquela Comissão, expôs os números e felicitou-o pela abertura. Espera que no futuro haja uma Sociedade menos dependente das CPCJ.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1.º Designar os seguintes membros, para integrar o Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel:

- Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo;
- Vítor Manuel Medeiros Sousa;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que estava aberto o período de intervenção do público e passou a palavra ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa, morador na Freguesia de Nossa Senhora do Rosário que manifestou a intenção de intervir.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa, no uso da palavra, saudou todos os presentes e questionou a razão da existência da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que as Assembleias Municipais são parte da organização das Autarquias Locais, definidas na Constituição da República Portuguesa como o Órgão Deliberativo dos Municípios, constituído por membros diretamente eleitos e pelos Presidentes das Juntas de Freguesia.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa, no uso da palavra, comentou que de acordo com a lei, deve ser dada publicidade, por edital, às sessões e reuniões dos Órgãos das Autarquias Locais. Questionou as razões que levam à não participação da população nas sessões da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que em outros Organismos que já pertenceu também não havia muita participação. É um problema de falta de consciência crítica e de participação de cidadania.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa, no uso da palavra, comentou que entendeu que nesta sessão os Deputados Municipais estavam preocupados com a hora. Disse que já participou em reuniões que eram realizadas no salão da Igreja de Santa Cruz, tendo uma reunião terminado às 02h30 e ninguém estava incomodado com a hora, pois queriam resolver os problemas que existiam na altura.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, expôs que hoje as pessoas estão melhor informadas do que antes, pois existem novos meios de comunicação que facilitam essa situação. A legislação também foi sendo alterada e obriga à disponibilização da documentação com antecedência e por sua vez, os assuntos discutidos em Assembleia Municipal já foram previamente discutidos em reunião da Câmara Municipal. Como já disse, da sua parte está sempre disponível para participar em qualquer dia, mas uma discussão saudável, não implica o prolongamento das sessões até às 02h30.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa, no uso da palavra, abordou que em 2017, foi publicada uma legislação referente à recolha de animais e sugeriu que todos os trabalhadores ao serviço do canil tomassem conhecimento daquela legislação, pois presenciou uma situação de um animal desaparecido que foi para o canil, com identificação, e não comunicaram às Entidades Policiais.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, respondeu que também existe legislação que obriga todas as pessoas que têm animais na sua habitação a fazer o registo dos animais que consiste na identificação eletrónica do animal, através da colocação de microchip. Situação que a comunidade conhece e não o faz, porque responsabiliza os proprietários dos animais. Os animais que são encontrados na rua, sem identificação são recolhidos pela Câmara Municipal. O Canil Municipal de Lagoa tem licenciado o serviço do Centro de Recolha Oficial de Animais que possui boas condições e têm sido cumpridas as regras e exigências do bem-estar animal.

O Senhor José Fernando Carneiro Sousa, no uso da palavra, referiu que ouviu falar na Sociedade Filarmónica Lira do Rosário e disse que aquele edifício foi construído com a ajuda dos músicos e do Governo Regional e é propriedade da própria Sociedade Filarmónica.

Referiu, ainda, que gostou de assistir à apresentação do Senhor de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lagoa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa se tinha mais alguma questão direta e concisa a colocar. Não havendo mais questões, deu por encerrado o período de intervenção do público.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, as intervenções e os esclarecimentos prestados, e desejou a todos umas boas férias. Informou que a próxima sessão será realizada na Freguesia do Cabouco.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e vinte e cinco minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
